

Os banqueiros com pena. E medo.

A alta das taxas de juros está penaliando os países endividados do Terceiro Mundo, numa repetição da grave ameaça ocorrida em 1982. Ontem, em Paris, alguns banqueiros não escondiam sua preocupação com essa evolução, e lembravam que se a taxa de juros interbancária, o **Libor**, aumentar um ponto em 1988, a dívida externa brasileira sofrerá um acréscimo superior a US\$ 1 bilhão; e a dívida do conjunto dos países da América Latina, estimada em US\$ 400 bilhões, será elevada em US\$ 4 bilhões.

Para agravar a situação, cita-se também o movimento altista do dólar, mesmo que nas últimas 48 horas essa moeda tenha caído um pouco. Como se sabe, grande parte da dívida dos países latino-americanos deve ser reembolsada em dólares. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), já no ano passado os juros pagos pelos países endividados aumentaram mais rapidamente que suas receitas de exportação, o que deve se repetir este ano, impedindo qualquer saída durável da crise. Em muito pouco tempo, portanto, países como Argentina e Brasil poderão se encontrar de novo sem condições de pagar o serviço do débito.

No caso dos países da América Latina — inclusive o Brasil — lembra-se que apenas 1/4 da dívida era regulado, em 1982, por taxas de juros fixos. A situação não melhorou muito hoje em dia, pois os reescalamentos bancários têm sido feitos com taxas de juros variáveis. As tentativas anteriores de alguns países, entre eles do governo brasileiro, de estabelecer um teto acima do qual as taxas de juros não poderiam ser fixadas, sempre foram rejeitadas pelos credores; assim como as propostas de indexar as taxas de juros sobre os preços das matérias-primas exportadas pelos países endividados.

A única melhoria obtida foi a redução do **spread**. Logo, a tendência atual de elevação das ta-



xas de juros preocupa os devedores, mas também alguns credores que não querem ver repetidos problemas que pareciam superados após as negociações desenvolvidas por países como México, Brasil e Argentina.

Não se espera, por exemplo, que os países mais pobres da África possam sair da crise econômica em que se encontram: suas rendas **per capita** correspondem a menos da metade se comparadas com as do início da década. Por essa razão, certos países europeus — a França em primeiro lugar — estão admitindo caminhar para a anulação pura e simples de uma parcela da dívida.

Os meios financeiros europeus já começam a se preocupar com a elevação de algumas vozes em países como a Argentina contra o pagamento do serviço da di-

vida, um fardo cada vez mais pesado em virtude da constante alta das taxas de juros e do dólar. E isso apesar de terem surgido resultados positivos no conjunto dos países latino-americanos, através da aplicação de políticas de ajustamento econômico. Os déficits correntes acumulados passaram de US\$ 40 bilhões em 81 para apenas US\$ 5 bilhões, hoje em dia. Essas mesmas áreas bancárias europeias, próximas dos países endividados, consideram que o debate atual sobre a alta das taxas de juros e sobre o dólar não mais pode se restringir aos grandes países industrializados, Estados Unidos, Japão e seus parceiros da Europa, mas deve passar também pela estabilidade política e desenvolvimento econômico dos países endividados.

Realí Júnior, de Paris